



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS E ESPACIAIS DA FECUNDIDADE: O CASO DA CIDADE DE MANAUS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Débora Ramos Santiago (UFAM) - deboraleal04@hotmail.com

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Amazonas (2007). Atualmente é mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amazonas. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em população e desenvolvimento.

Tayana Corrêa Nazareth (UFAM) - tay.nazareth@gmail.com

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Amazonas (2007). Atualmente cursa mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amazonas. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Mercado de Trabalho

Pery Teixeira (UFAM) - periteixeira@uol.com.br

Bacharelado em Matemática - Instituto de Matemática e Estatística da USP (1972) e doutorado em Demografia pela UFMG (1997). Pós-doutorado no Centre Population et Développement (Paris-França, 2007). Atualmente é professor titular da UFAM.

Desigualdades Socioeconômicas e Espaciais da Fecundidade: O Caso da Cidade de Manaus nas Últimas Décadas do Século XX

Resumo

A fecundidade constitui um dos componentes da dinâmica populacional e exerce significativa influência no crescimento da população e na distribuição etária, sendo importante subsídio para o planejamento socioeconômico de uma cidade. Para a realização dessa pesquisa utilizou-se como base principal os dados do Censo demográfico de 2000 e do Atlas de Desenvolvimento Humano de 1991 e 2000. A fecundidade foi analisada a nível nacional, regional e mais detalhadamente a nível municipal, considerando as Unidades de Desenvolvimento Humano e categorias socioeconômicas como renda, nível de instrução, raça/cor e emprego feminino. Nas últimas décadas a fecundidade na cidade de Manaus tem apresentado tendência declinante, com níveis próximos aos de reposição populacional. Porém esse declínio não ocorre uniformemente entre os diferentes espaços e categorias socioeconômicas, sendo a fecundidade mais elevada nos bairros mais pobres da cidade. A perspectiva para os próximos anos que é a fecundidade em Manaus continue sua tendência de declínio em todos os seus bairros e estratos sociais. Esse fenômeno demográfico modifica a demanda por escolas, creches, acesso à previdência e etc. Portanto ele deve ser entendido para que sejam atendidas as demandas sociais vigentes.

Palavras-chave: Fecundidade, desigualdade social, dinâmica populacional.

1. Introdução

A fecundidade constitui um dos componentes da dinâmica populacional, assim como a mortalidade e a migração. O estudo de seus níveis e tendências possui grande influência no planejamento socioeconômico de uma cidade, pois permite que se quantifiquem as demandas por escolas, creches, atendimento materno-infantil e por outros serviços e programas governamentais.

1

2

3

A fecundidade no Brasil desde a década de 70 tem apresentado tendência de declínio para todas as áreas geográficas e camadas sociais. Entretanto nos últimos anos essa redução apresenta-se mais lenta em todo o país, mantendo-se ainda, relativamente elevada nas áreas rurais em parcelas das áreas urbanas e nas terras indígenas da Região Norte.

Nessa última região o declínio da fecundidade ocorreu após o que foi verificado para o restante do país. Até o fim dos anos 70, as mulheres nortistas ainda apresentavam níveis de fecundidade relativamente elevados. A partir daí a queda passou a dar-se também nessa região, tendo-se acelerado nos anos 80 e 90. Atualmente, a queda persiste, porém a ritmos mais lentos.

A fecundidade costuma ser uma importante variável para revelar as desigualdades sociais existentes no espaço urbano, pois reforça as disparidades presentes nas cidades, onde nascem mais nos bairros mais pobres e desfavorecidos socioeconomicamente do que nos demais.

Atualmente verifica-se um grande volume de estudos sobre a fecundidade das mulheres brasileiras, porém para da região Norte do país esse número é bastante reduzido. A situação é ainda pior para as áreas urbanas dessa região, mesmo para as suas cidades mais populosas como Manaus e Pará, pois poucos são os estudos baseados em dados mais recentes, como os do Censo Demográfico de 2000, e do Atlas de desenvolvimento Humano em Manaus de 1991-2000.

Essa situação aponta para uma lacuna preocupante, pois deixa-se de conhecer elementos essenciais para que se proponham políticas públicas para os municípios e estados da Região. É justamente devido a essa carência que foi proposto este estudo, no que se refere à compreensão de uma das principais características da realidade da capital amazonense, tendo como objetivo realizar uma análise dos níveis e tendências da fecundidade na cidade de Manaus nas últimas décadas do século XX, tanto no nível do conjunto da área urbana como através da desagregação por bairros e por categorias socioeconômicas.

O estudo tem como base principal de informações as referentes ao Censo Demográfico de 2000 e ao Atlas de Desenvolvimento Humano para os anos de 1991-2000. Inicialmente, a fecundidade foi analisada a nível nacional e regional, em seus níveis, tendências e diferenciais. Em seguida analisou-se a fecundidade no município de Manaus, espacialmente, por zonas urbanas e Unidades de Desenvolvimento Humano¹. Posteriormente, verificaram-se as relações de algumas categorias socioeconômicas como renda, nível de instrução, raça/cor e emprego feminino com os níveis de fecundidade da mulher manauara.

Como indicador básico para a análise da fecundidade foi utilizada a Taxa de Fecundidade Total (TFT), que se define como número de filhos nascidos vivos que uma mulher teria no fim de seu período reprodutivo (15 e 49 anos) na suposição de que o padrão atual da fecundidade por idade seja o mesmo durante toda sua vida reprodutiva. A TFT é estimada a partir da soma de taxas específicas por idade (TEFi), dadas pelo quociente do número de filhos nascidos vivos das mulheres em cada faixa etária reprodutiva pelo total de mulheres nessas faixas etárias, conforme se segue:

TEF (i) = NV (i)/M (i), (i=1, ...,7) - Taxa específica de fecundidade para cada grupo etário I, e TFT = 5 x Σ TEF (i) - Taxa de Fecundidade Total, onde:

NV (i) é número de filhos nascidos vivos de mulheres da faixa etária i e

M(i) o número de mulheres da faixa etária i.

O trabalho também contemplou a análise da fecundidade através das Unidades de Desenvolvimento Humano de Manaus (UDHs) para os anos de 1991-2000. Esse conjunto de informações permite caracterizar o estágio atingido pela população da cidade, segundo essas unidades espaciais, para os dois anos considerados, evidenciando a evolução, em termos de desenvolvimento humano, ocorrida nos indicadores sociodemográficos.

Utilizaram-se também informações existentes em publicações especializadas, principalmente aquelas referentes aos anos anteriores a 1991.

Os dados do censo de 2000 foram processados pelo programa computacional livre Recuperação de Dados para Áreas Pequenas por Microcomputador - REDATAM, produzido pelo Centro Latino-Americano de Demografia (CELADE) e especialmente concebido para o processamento de dados de natureza sócio-demográfica.

2. Considerações sobre a recente queda da fecundidade no Brasil: aspectos socioeconômicos.

Uma das formas de análise que os estudiosos utilizam para compreender um determinado fenômeno social, econômico, cultural, político ou natural consiste na tentativa de detecção e de entendimento dos fatores determinantes desse fenômeno. Em demografia, tais fatores têm sido observados, dimensionados e analisados especialmente no que se refere à fecundidade, a mortalidade e a migração. O estudo dos respectivos determinantes permite interpretar com maior discernimento e detalhamento as causas e as conseqüências da dinâmica populacional, de forma que se possam elaborar estimativas de contingentes populacionais para o presente e projeções para o futuro.

Um dos aspectos a se considerar em relação aos diferenciais da fecundidade é sua determinação por fatores sociais e geográfico-espaciais. Segundo Godinho e Yazaki (1992),

a análise da fecundidade segundo os vários sub-grupos que compõem a população faz-se necessária para avaliar os fatores que atuam em seu nível, em sua estrutura e também em sua composição.

Mesmo de forma intuitiva percebe-se que a fecundidade varia entre os estratos sociais de uma população, sendo mais elevada para a população considerada “pobre”. No entanto, o grau de relação entre os níveis de fecundidade e os fatores que possam caracterizar as diferenças sociais é variável no tempo e no espaço. Em outras palavras, a sensibilidade da fecundidade à escolaridade das mulheres, por exemplo, pode variar conforme o período ou o ambiente espacial que se considere. O grau de escolaridade afeta diferencialmente a fecundidade conforme consideremos o ano de 1991 ou 2000, ou conforme tomemos o Estado de São Paulo ou o Amazonas num mesmo ano. Enfim, pode-se afirmar que a relação entre a fecundidade e a estratificação social é dinâmica em relação ao tempo e manifesta-se diferentemente no espaço geográfico e político do país.

Vários fatores de caráter econômico-social podem afetar (ou determinar) os níveis de fecundidade de uma população. Neste trabalho, utilizaremos alguns daqueles tidos como clássicos na área dos diferenciais demográficos, entre os quais a escolaridade, o rendimento, a cor e a participação da mulher no mercado de trabalho.

A instrução feminina costuma ser apontada como a variável mais importante na determinação da fecundidade. A elevação da escolaridade provocaria uma racionalidade reprodutiva diferente, já que as mulheres passariam a ter um maior controle sobre sua sexualidade, aumentando assim a sua capacidade de utilizar métodos contraceptivos. Além disso, a fecundidade estaria associada a fatores interventores como o retardamento da idade ao casar e o acesso ao mercado de trabalho. (BERQUÓ e et all., 1985; GODINHO e MORELL, 1994; GOZA e MARTELETO, 1996).

A inserção da mulher no mercado de trabalho também tem sido uma importante variável na determinação da fecundidade, pois quanto maior proporção de mulheres inseridas na força de trabalho menos filhos elas terão.

Essa inserção possibilita um controle maior sobre o número de filhos, uma vez que o trabalho passa a ser uma importante barreira à maternidade, pois exige uma maior dedicação na produção de bens e capital, não deixando tempo disponível para a os cuidados com o filho (NOTESTEIN, 1953).

Leão (2006) associa essa redução do número de filhos à dupla jornada de trabalho que as mulheres têm executado, pois além do trabalho fora do lar, há ainda as tarefas domiciliares. Além disso, a renda obtida pelo seu trabalho pode facilitar o acesso aos meios de controle da fecundidade.

Assim, renda também constitui um fator importante na determinação da fecundidade, tendo relação inversa com os seus níveis, semelhantemente ao que ocorre com a

escolaridade e a inserção feminina no mercado de trabalho. Segundo Berquó e Cavenaghi (2004), as mulheres brasileiras sem rendimento apresentavam as maiores taxas de fecundidade tanto em 1991 quanto em 2000. Esse fenômeno diferencia-se entre as regiões do país, de modo que as mulheres sem rendimento pertencentes às regiões mais desenvolvidas têm fecundidade menor que as da mesma categoria de renda pertencentes às regiões menos desenvolvidas, devido ao maior acesso aos mecanismos de controle da prole nessas regiões mais ricas. Conforme os dados do IBGE (2000) as maiores TFT entre as mulheres das classes sem rendimento eram evidenciadas para o Norte do país (5,3 filhos por mulher), enquanto que nas demais regiões brasileiras as taxas eram relativamente inferiores, sendo de 4,1 no Centro-Oeste, 4,2 no Sul, 4,3 no Sudeste e 4,4 no Nordeste.

Quanto à variável cor/raça, os estudos de Bercovich (1989) enfatizam diferenças significativas dos níveis de fecundidade entre as categorias de cor da pele, enfatizando a superioridade da fecundidade das mulheres brancas em relação às mulheres pretas até 1980 e a modificação dessa situação nas décadas seguintes. As mulheres brancas, independentemente das regiões do país, têm sempre menos filhos que as mulheres das demais categorias de cor.

A fecundidade costuma variar também no interior das áreas urbanas, onde se encontram contrastes espaciais significativos entre os seus níveis, visto que o local de moradia constitui um indicador sensível das condições sociais. Segundo França (2000), na cidade de Natal (RN), os bairros de classe média como Candelária, Lagoa Nova e Petrópolis apresentavam as mais baixas taxas de fecundidade, sendo em média de 1 filho por mulher, enquanto os bairros de Felipe Camarão e Guararapes, reconhecidamente os mais pobres da cidade, despontam com as mais elevadas taxas, em torno de 4,8 e 6,0 filhos por mulher.

Esses contrastes são comuns à grande maioria das cidades do País, que mostram, certamente, fecundidade mais elevada nos bairros mais desfavorecidos social e economicamente. Desse modo, o estudo dos diferenciais intra-urbanos, também objeto deste trabalho, tem ganhado importância tanto na área de demografia quanto nas de saúde e planejamento, devido à intensa concentração da população em grandes cidades e à necessidade de se detectarem, conhecerem e proporem medidas para minimizar as grandes desigualdades sociais que se expressam no espaço urbano.

3. Evolução da Fecundidade no Brasil e na Região Norte a partir de 1940.

A fecundidade no Brasil até a década de 60 apresentava-se relativamente elevada e, com a redução da mortalidade observada já a partir dos anos quarenta, ocorreu um forte crescimento populacional no País. Entre 1950 e 1970 a população brasileira cresceu a taxas pouco abaixo de 3% ao ano.

Esse crescimento a taxas elevadas manteve-se ainda nos anos setenta, ocasião em que as taxas de fecundidade de algumas regiões brasileiras começavam a apresentar fortes quedas. A partir daí, até os dias atuais, as taxas nacionais de crescimento demográfico vêm-se reduzindo cada vez mais, chegando a 1,6% na década de 90.

Segundo Patarra e Oliveira (1988), as longas tendências temporais suscitam considerar uma estabilidade da fecundidade até os anos 50. A década seguinte poderia ser tomada como o momento de ruptura desta estabilidade.

Historicamente, os níveis de fecundidade no Brasil sempre se diferenciaram segundo o quadro de domicílio (urbano/rural), sendo superiores nas áreas rurais. As quedas que se verificaram na segunda metade do Século XX ocorreram primeiramente nas regiões mais desenvolvidas, nas áreas urbanas e nas parcelas mais abastadas da população. Assim, até a segunda metade dos anos sessenta o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste ainda não apresentavam reduções em seus níveis de fecundidade, enquanto nas demais regiões, com maior poder aquisitivo e maior nível educacional, a tendência de declínio já começava a se manifestar.

De acordo com Merrick e Berquó(1983), nas regiões de média e alta renda (Rio de Janeiro e São Paulo) o declínio da fecundidade já era notado mesmo nas décadas anteriores a 1960, quando essas áreas apresentavam taxas de fecundidade inferiores em quase dois filhos por mulher à média do país.

A partir da década de 80 a queda da fecundidade alcançava os diferentes espaços e estratos sociais do País de forma surpreendentemente rápida, se considerada em relação aos padrões de decréscimo ocorridos em outras partes do mundo. Foram as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as menos desenvolvidas do país, que apresentaram maiores quedas nos seus níveis de fecundidade nessa época.

Em 2000, a fecundidade do Brasil começava a se aproximar dos níveis de reposição da população (2,1 filhos por mulher), esses níveis indicam que na ausência de imigração, a substituição numérica das gerações futuras ficaria comprometida. Esse fenômeno já havia sido alcançado anteriormente pela Região Sudeste.

Em 2008 o Brasil já apresentava níveis de fecundidade inferiores aos de reposição, em torno de 1,8 filhos (PNAD, 2008), sendo este um fenômeno irreversível, o que revela que todas as regiões do país caminham para firmar-se a níveis abaixo do necessário para repor a população.

Como já foi visto a fecundidade da Região Norte permaneceu elevada até os anos 70, quando as regiões mais desenvolvidas já experimentavam significativa redução nas suas taxas. Apesar da queda significativa que se registrou a partir de então, a Região chegava ao fim do Século XX com a taxa regional mais elevada do País (3,2 filhos por mulher).

Entretanto, em 2008, o Norte alcançava taxas muito próximas ao nível de reposição da população, estando em torno de 2,3 filhos por mulher, mas apesar desse declínio ela ainda continua sendo a mais elevada do país.

Associa-se geralmente o declínio da fecundidade no Brasil a uma série de mudanças de natureza econômica, social, cultural, política e institucional, que se traduzem em aumento no grau de urbanização, acompanhadas por modificações nas relações de trabalho e de produção, modernização da sociedade, novos padrões de reprodução, etc. (Nascimento e Wong, 1996). Talvez por esses motivos a queda tenha-se manifestado primeiramente nas áreas urbanas e nas regiões mais desenvolvidas, já que nessas áreas o comportamento reprodutivo é influenciado pela modernização corrente no País.

Segundo Leão (2005) a redução na fecundidade diminui o número de crianças e jovens, o que amplia a participação de adultos e idosos na população, visto que nascem poucas crianças. O número reduzido de filhos altera os arranjos familiares, modificando a demanda por serviços públicos como educação e saúde.

Quanto aos Estados que compõe a Região Norte verificaram-se também diferenciais significativos nos níveis de fecundidade. Em 1970 as maiores taxas eram verificadas para os Estados do Acre, Rondônia, Roraima e Amazonas sendo em média de 9 a 10 filhos. Já em 2000 esse percentual foi reduzido em 60% para esses municípios, com exceção de Rondônia cuja redução foi de 71%.

No que se refere aos níveis de fecundidade do Estado do Amazonas, Simões (2006), destaca o significativo recuo que ocorreu entre 1970 e 2000. As mulheres amazonenses que tinham em média 8,6 filhos em 1970 apresentaram redução de filhos 5 filhos em 2000. Entretanto apesar de tal redução o Estado encontrava-se como o segundo Estado do país com a maior fecundidade, sendo de 3,4 filhos, perdendo apenas para o Estado do Amapá cuja fecundidade era de 3,6 filhos. Esses níveis encontravam-se acima dos verificados para a Região Norte e para o Brasil, cujas taxas eram de 3,2 e 2,3 filhos.

4. A fecundidade na cidade de Manaus

4.1 Níveis e tendências

Semelhantemente ao que tem ocorrido em todo o país, nas últimas décadas a fecundidade no município de Manaus vem apresentando tendência de declínio. As mulheres manauaras passaram de uma taxa de fecundidade total de 7,2 filhos, em 1960, para 2,5 filhos em 2000, níveis relativamente baixos, tendo em vista a taxa necessária para repor a população, que é de 2,1 filhos.

De acordo com Brasil e Moura (2000), esses níveis reduzidos da fecundidade em Manaus nos últimos tempos estariam associados ao fato dela constituir a área urbana por

excelência do Estado, sendo mais intensamente influenciada pelos padrões modernos reprodutivos que se acham em curso no país.

Os níveis da fecundidade no município de Manaus tradicionalmente apresentam-se inferiores aos da média do Estado do Amazonas em todos os períodos analisados. Os dados do Censo Demográfico de 1970 a 2000 revelam que as mulheres amazonenses na década de 70 chegaram a ter 3 filhos a mais que as de Manaus, e em 2000 esse diferencial caiu para 1 filho, permanecendo com níveis abaixo dos estaduais. Um outro fenômeno verificado em Manaus desde a década de 80, foi um declínio significativo nos níveis de fecundidade por faixa etária, sendo o declínio mais expressivo nas idades em que as mulheres tradicionalmente tinham um maior número de filhos (25 a 35 anos). Tal redução proporcionou mudança no padrão reprodutivo tanto das mulheres do estado quanto do município: os grupos etários de (25-29 anos) e (30-35 anos), que normalmente apresentavam o maior número de filhos nascidos vivos, perderam a posição para o grupo etário de (20-24 anos).

Na verdade, teria havido um “rejuvenescimento” da fecundidade amazonense no período considerado, no qual as mulheres mais jovens (15-19 e 20-24 anos) experimentaram um aumento significativo no número de filhos nascidos vivos, e para o grupo de adolescentes (15-19 anos) esse aumento praticamente dobrou entre 1980 e 2000. O aumento da fecundidade entre as adolescentes foi verificado em todo o país, porém com maior expressividade na região Norte, sendo esta a região que apresenta uma das maiores taxas de gravidez para mulheres menores de 20 anos no Brasil. Por sua vez, Manaus encontra-se entre os municípios da região de maior prevalência da gravidez na adolescência (Brasil e Moura 2000).

4.2 Distribuição espacial

Conforme foi mencionado anteriormente, o declínio da fecundidade não se manifesta uniformemente entre os diferentes espaços regionais ou extratos sociais da população. E por ser Manaus uma grande cidade, inserida no processo de urbanização e modernização corrente no país, enfrenta os mesmos problemas das grandes metrópoles, onde as desigualdades sociais podem ser expressas claramente no espaço urbano.

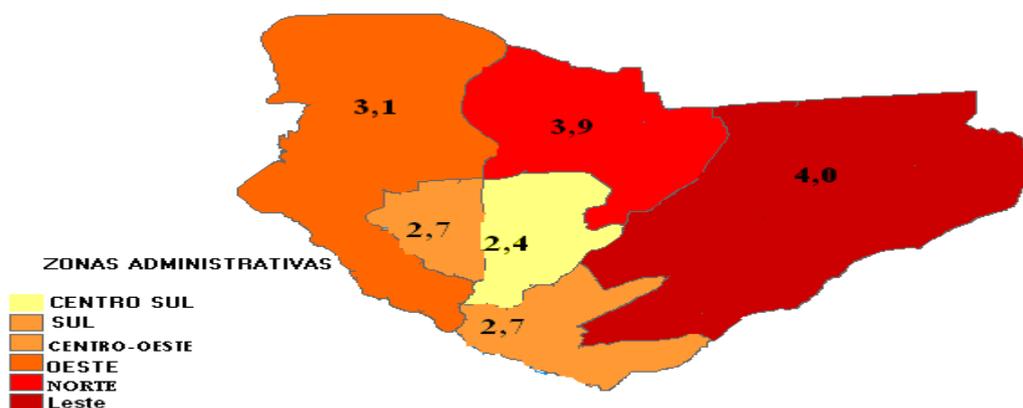
A área urbana de Manaus é dividida em seis Zonas administrativas, a saber: Sul, Centro-Sul, Oeste, Centro-Oeste, Norte e Leste (Figuras 1 e 2). As Zonas Norte e Leste, que apresentam as piores condições socioeconômicas da cidade, são as que despontam com as maiores taxas de fecundidade. É válido ressaltar que essas duas Zonas apresentavam em 1991 um número médio de filhos por mulher equivalente Zona Rural de Manaus, em torno de 4 filhos. Níveis relativamente elevados, uma vez que a área rural tradicionalmente apresentava níveis maiores de fecundidade devido aos arranjos adotados

pelas famílias e às atividades realizadas para sua subsistência. Em 2000 essas duas Zonas superaram aquela área, com níveis de fecundidade em torno de 3,6 filhos na Zona Leste e 3 na Norte, contra 2,8 filhos na Zona rural.

O declínio da fecundidade no período de 1991 e 2000 parece ter sido bem mais substancial na Zona Norte de Manaus que na Leste, o que pode ser resultado de um erro implícito no método de estimação das taxas. Por outro lado, ambas as áreas tiveram um crescimento demográfico extraordinário na década (acima de 7% ao ano) e as características sócio-demográficas diferenciadas dos efetivos populacionais que para elas se deslocaram poderiam ter determinado essa diferenciação no ritmo de queda da fecundidade.

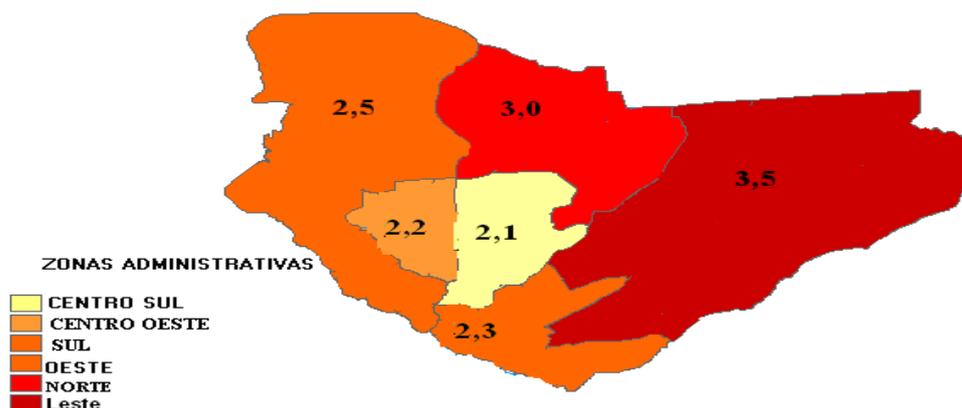
As Zonas Centro-Sul, Sul, e Centro-Oeste, reconhecidamente apresentam as melhores condições sociais de Manaus, e foram as que despontaram com as menores taxas de fecundidade, tanto em 1991 quanto em 2000.

Figura 1 – Taxa de Fecundidade Total por Zona Administrativa - Manaus, 1991.



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano em Manaus, 1991.

Figura 2 – Taxa de Fecundidade Total por Zona Administrativa - Manaus, 2000.



Fonte: Atlas de Desenvolvimento em Manaus, 2000.

A Zona Sul apresenta os contingentes populacionais de melhor situação sócio-econômica da cidade e foi a que despontou com os mais reduzidos níveis de fecundidade no período em estudo, tendo atingido, em 2000, uma taxa correspondente ao nível de reprodução demográfica. As taxas de fecundidade nessa Zona tendem a cair em ritmos cada vez menores, dada sua aproximação cada vez maior do mínimo teórico de um filho por mulher, valor para o qual se aproximam ou se igualam as taxas de fecundidade de uma quantidade crescente de países e das áreas urbanas de vários municípios brasileiros (CAMARGO E YASAKI, 2002).

Os dados da Tabela 1 evidenciam nitidamente que os níveis de fecundidade possuem forte relação com as condições sociais das zonas de Manaus. As Zonas Leste e Norte, campeãs da alta fecundidade do município, são as que possuem os piores indicadores sócio-demográficos: os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH-M) da cidade, o menor percentual de domicílios com água encanada e instalações sanitárias, a maior incidência de pessoas com mais de 15 anos analfabetas, o maior número de chefes de família sem rendimento e a menor incidência de chefes de família com mais de dez salários mínimos. Esse fenômeno pode ser verificado tanto para o ano de 1991 quanto para 2000. Já as Zonas Centro-Sul, Sul e Centro-Oeste, apresentavam no mesmo período os melhores resultados quanto aos indicadores considerados, evidenciado a superioridade social e econômica dessas áreas, o que reflete no menor número de filhos das mulheres que lá residem.

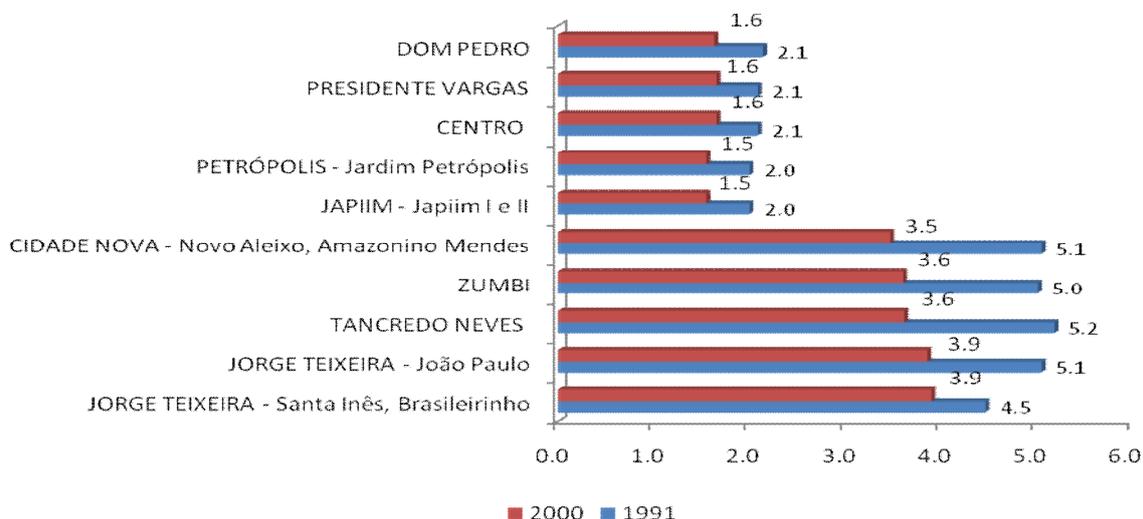
Tabela 1 - Zonas Urbanas de Manaus. Indicadores socio-demográficos diversos. 1991-2000.

Zonas Urbanas	IDH-M		Água encanada (%)		Instalação sanitária (%)		Pessoas com mais de 15 anos analfabetas (%)		Chefes de família sem rendimento (%)		Chefes de família com mais de 10 SM (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Centro - Sul	0.83	0.87	96.1	87.7	98.1	97.2	4.7	3.1	4.9	10.9	32	30.2
Centro Oeste	0.76	0.81	95.9	92.8	95.8	98.8	8.1	4.8	8.3	11.6	11.9	14.4
Sul	0.76	0.79	92.4	93.3	95.5	97.8	7.4	4.9	8.1	13.2	9.1	10.2
Oeste	0.73	0.77	92.2	92.94	95.4	98.4	9,9	6,6	10.4	15.2	5.6	7
Norte	0.71	0.74	57.5	55.5	88.6	91.5	9,3	6,1	8.9	16.8	4.7	4.1
Leste	0.68	0.72	49.5	58.2	88.3	91.4	14,1	8,6	12.6	18.5	3.2	2.3

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano em Manaus, 1991-2000.

No que se refere às Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs)ⁱⁱ em Manaus, o Gráfico 1 revela que as campeãs da alta fecundidade no período de 1991 e 2000, eram as da Cidade Nova (Novo Aleixo), Zumbi, Tancredo Neves, e Jorge Teixeira (João Paulo/Santa Inês), com fecundidade variando em torno de 5 filhos por mulher em 1991 e de 3,6 a 4 filhos em 2000. Essas áreas são consideradas como as mais pobres da cidade, sendo localizadas nas Zonas Leste e Norte, áreas com os piores indicadores socio-demográficos do município, conforme foi visto anteriormente.

Gráfico 1 – Unidades de Desenvolvimento de Manaus. As 5 menores e as 5 maiores Taxas de Fecundidade Total, 1991-2000.



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano em Manaus, 1991-2000.

Quanto às UDHS do Dom Pedro, Presidente Vargas, Centro, Petrópolis (Jardim Petrópolis) e Japiim (I e II), áreas localizadas nas Zonas Centro-Oeste, Sul e Oeste, caracterizadas por melhores condições de vida, elas apresentaram os menores níveis de fecundidade do Município nos dois período estudados, com taxas variando em torno de 2 filhos por mulher em 1991 e menor de 1,7 em 2000, níveis abaixo do de reposição populacional.

Através desses dados, confirma-se que, por trás das desigualdades demográficas, ocorrem também desigualdades sociais, no interior da cidade de Manaus, realidade distante dos moradores dos bairros de classe média alta. Pois nascem mais crianças entre os menos favorecidos: entre as pessoas de classes mais pobres, com menor nível de escolaridade, menor poder aquisitivo, menor poder político, etc.

4.3 Determinantes sócio-econômicos

O declínio da fecundidade na cidade de Manaus tem ocorrido de maneira diferenciada segundo suas especificidades socioeconômicas. Segundo Berquó e Cavenaghi (2004) o declínio da fecundidade no país foi mais acentuado naqueles grupos socioeconômicos onde a fecundidade tradicionalmente era mais elevada, ou seja, entre as mulheres mais pobres, menos escolarizadas, negras, e entre as que residem nas regiões Norte e Nordeste.

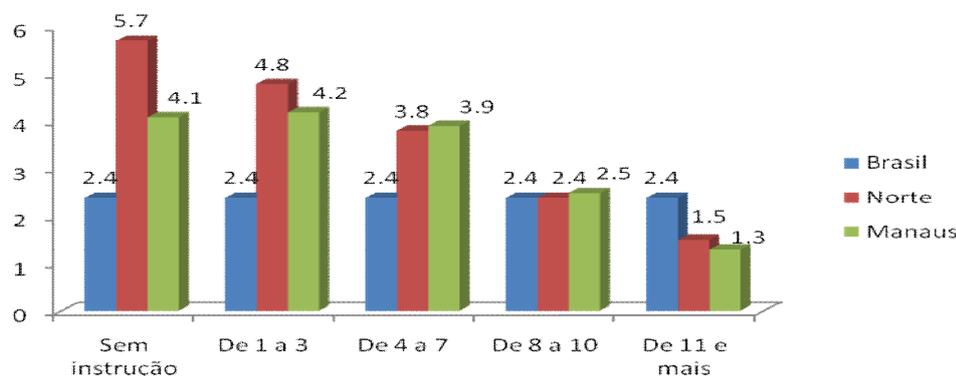
Para uma melhor compreensão desse fenômeno, serão analisadas a seguir as taxas de fecundidade segundo as categorias socioeconômicas: nível de instrução, renda familiar, participação no mercado de trabalho e a cor ou raça dos efetivos populacionais.

4.3.1 Nível de instrução

O número de filhos que uma mulher tem está relacionado com seu grau de instrução, pois escolaridade lhe proporciona maiores oportunidades de emprego, além de uma maior consciência reprodutiva determinada pelo acesso a informações sobre métodos anticoncepcionais e o desejo de dar aos seus filhos uma melhor educação.

O Gráfico 2 revela os diferenciais da fecundidade segundo o nível formal de instrução da mulher em idade reprodutiva. Em 2000, as mulheres sem instrução e aquelas com apenas 1 a 3 anos de estudo, denominadas pelo conceito da UNESCO como analfabetas funcionaisⁱⁱⁱ apresentaram um maior número de filhos tanto a nível regional quanto a nível municipal, sendo que as nortistas com menor escolaridade tinham quase dois filhos a mais que as manauaras. Mas à medida que se elevam os anos de estudos, menos filhos as mulheres tendem a ter, reduzindo-se o diferencial existente entre região e município.

Gráfico 2 – Taxa de Fecundidade Total segundo o nível de instrução da mulher. Brasil, Região Norte e Manaus, 2000.



Fonte dos dados brutos: IBGE, Microdados da amostra do Censo Demográfico de 2000. Estimativas elaboradas pela autora.

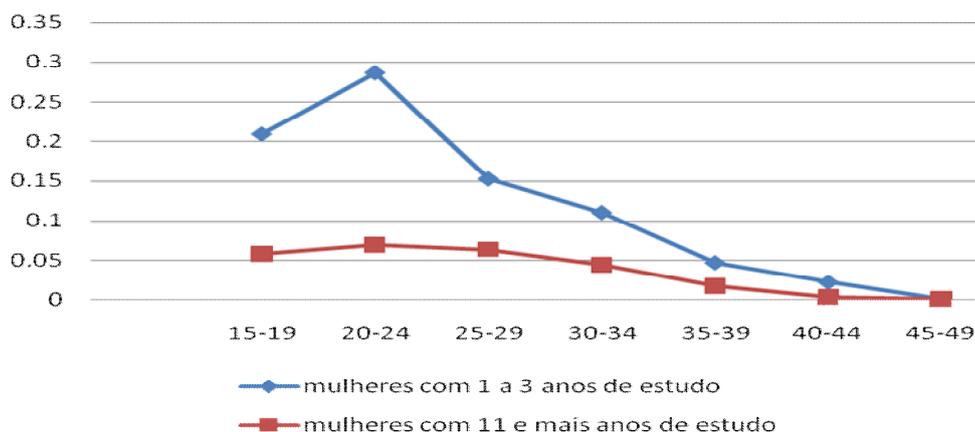
Desse modo, observa-se para as mulheres com 11 ou mais anos as taxas nacionais, regionais e municipais, encontravam-se bem próximas, sendo de 1,5 para o Norte, 1,3 para Manaus e 2,4 para o Brasil.

O Brasil apresentava em 2000 níveis relativamente reduzidos de fecundidade, independentemente dos anos de estudos das mães. Esse fato pode ser resultado da modernização vigente no país, que reflete no aumento de informações e acesso a métodos de controle da prole. Além disso, Godinho e Yazaki, (1992) enfatizam que o aumento de escolaridade que se processa no país favorece a comunicação e a divulgação dos conceitos reprodutivos entre as diferentes camadas sociais, proporcionando a mais rápida assimilação de novos padrões de comportamento, resultando em um menor número de filhos tidos pelas mulheres brasileiras.

Quanto à análise da fecundidade por anos de estudo considerando-se os grupos de idade, os resultados do Censo Demográfico de 2000 revelam que à medida que se elevam os anos de estudo o padrão etário da fecundidade se torna mais tardio.

As taxas da fecundidade por idade das manauaras com 1 a 3 anos de estudo e com 11 e mais anos de estudos são mostradas no Gráfico 3. Observa-se que as mulheres com 1 a 3 anos de estudo tendem a ter mais filhos em idades mais jovens (15-19 e 20-24 anos), o que revela que a pouca escolaridade é também um dos fatores responsáveis pela gravidez na adolescência das mulheres manauaras. Em outro extremo, as mulheres com 11 e mais anos de estudo têm um padrão de fecundidade distribuído com mais regularidade durante sua vida reprodutiva.

Gráfico 3 - Município de Manaus: Taxas Específicas de Fecundidade por idade das mulheres com 1 a 3 anos de estudo e com 11 e mais anos de estudo, 2000.



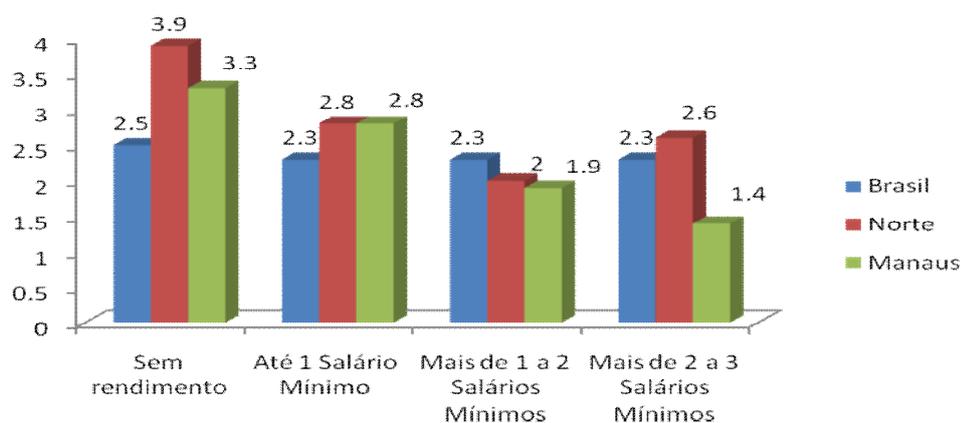
Fonte dos dados brutos: IBGE, Microdados da amostra do Censo Demográfico de 2000. Estimativas elaboradas pela autora.

Esse fenômeno pode ter sido resultado de uma maior racionalidade reprodutiva obtida pelo amplo acesso a informações e a métodos contraceptivos, advindos da elevada escolaridade das mães.

4.2 Nível de Renda

Assim como a escolaridade, a renda é também um importante determinante da fecundidade em Manaus, pois as mulheres com maior rendimento tendem a ter menos filhos que aquelas com as mais baixas rendas.

Gráfico 4 – Taxa de Fecundidade Total segundo nível de renda da mulher. Brasil, Região Norte e Manaus, 2000.



Fonte dos dados brutos: IBGE, Microdados da amostra do Censo Demográfico de 2000. Estimativas elaboradas pela autora.

Observa-se no Gráfico 4 que, em 2000, as mulheres nortistas sem rendimento tinham em média quase um filho a mais que as manauaras, enquanto que no Brasil os níveis de fecundidade das mulheres sem rendimento já se aproximavam aos de reposição da população.

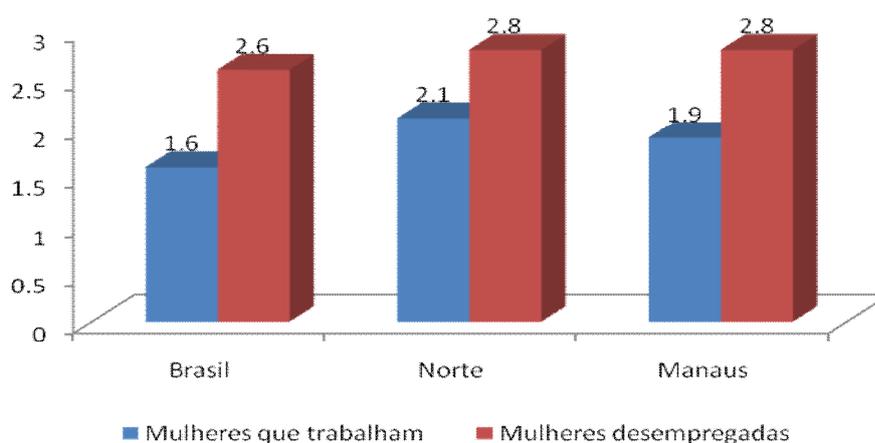
Entretanto, à medida que aumenta a renda, menos filhos as mulheres tendem a ter. Desse modo, tanto no Brasil, como na região e no município, as mulheres que recebem mais de 3 salários mínimos apresentaram um menor número de filhos, sendo que entre as manauaras dessa classe de renda a fecundidade era de apenas 1,4 filhos. Níveis tão baixos evidenciam o impacto da renda sobre os níveis de fecundidade, indicando que as taxas mais elevadas continuaram sendo observadas entre os mais pobres, enquanto as taxas mais reduzidas foram constatadas entre aquelas mulheres com rendimentos superiores.

4.3 Trabalho feminino

Desde 1960 a participação da mulher no mercado de trabalho vem aumentando significativamente. De acordo com Leone e Hoffmann (2004), a inserção das mulheres no mercado de trabalho intensificou-se na década de 70, num contexto de expansão da economia com o acelerado processo de industrialização e urbanização. Essa tendência continuou nas décadas seguintes, mesmo com a estagnação econômica no país nos anos 90, devido à abertura econômica e a terceirização da economia.

Conforme apontam os dados do Gráfico 5, a inserção da mulher no mercado de trabalho acarreta na redução do número de filhos tidos por elas, o que pode ser verificado no Brasil, Região Norte e município de Manaus,

Gráfico 5 – Fecundidade das mulheres segundo sua situação no mercado de trabalho. Brasil, Região Norte e Manaus, 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE, Microdados da amostra do Censo Demográfico de 2000. Estimativas elaboradas pela autora.

Na verdade, crescimento da atividade feminina pode ser explicado através de uma combinação de fatores econômicos, demográficos e culturais que vêm ocorrendo na sociedade brasileira (Wajnman, Queiroz et al, 2004). Entre esses fatores, a queda da fecundidade é um dos mais relevantes, pois, numa sociedade onde o trabalho doméstico e a criação de filhos ainda são de responsabilidade prioritária da mulher, um número menor de filhos representa uma menor carga de trabalho doméstico e o conseqüentemente aumento da disponibilidade da mulher para o mercado de trabalho (Diniz, 2004).

Os dados do Gráfico 5 comprovam esse fenômeno, revelando que tanto no Brasil, quanto na Região Norte e no município de Manaus, as mulheres que trabalham apresentavam níveis de fecundidade relativamente reduzidos, abaixo do necessário para repor a população. Por outro lado, as mulheres que se encontravam desempregadas tinham em média um filho a mais que as que trabalham, apresentando níveis em torno de 2,8 filhos na região e no município e de 2,6 no país.

Conforme foi observado anteriormente, ao estudarmos a variável anos de estudo, a maior a escolaridade reflete na redução do número de filhos das mulheres, pois permite que elas tenham novas oportunidades de emprego com maiores salários. Desse modo, verifica-se que a inserção da mulher no mercado de trabalho tem também uma importante influência na redução dos níveis de fecundidade.

4.4 Cor/Raça

A diversidade étnica e racial é uma forte característica da população brasileira e podemos evidenciá-la a partir da análise das taxas de fecundidade das mulheres. A nova metodologia adotada pelo IBGE divide a população nas seguintes categorias: branca, preta, parda, indígena, amarela e negra^{iv}.

No Brasil, até a década de 60, a fecundidade da mulher branca era superior à da mulher preta, mudando essa situação a partir de 1980 (Bercovich, 1989). Essa tendência permanece até os dias atuais, pois, independentemente das regiões do país, as mulheres brancas têm sempre menos filhos que as das demais categorias. Conforme veremos a seguir.

É interessante observar nos dados da Tabela 2 que as diferenças da fecundidade não são determinadas somente pela cor das mulheres, mas pela interação com outros fatores como a região onde vivem. Dessa forma, constata-se que as mulheres brancas da região Norte possuíam em média quase o mesmo número de filhos que as mulheres pretas da região Sudeste, sendo de 4,5 e 4,6 respectivamente.

Na Região Norte a maior taxa é percebida para mulheres indígenas (5,5), no nordeste, sudeste e sul para as declarantes de cor preta, com 3,0, 2,5 e 2,9 filhos

respectivamente e no centro-oeste a maior taxa encontra-se para as indígenas, sendo de 4,2 filhos^v.

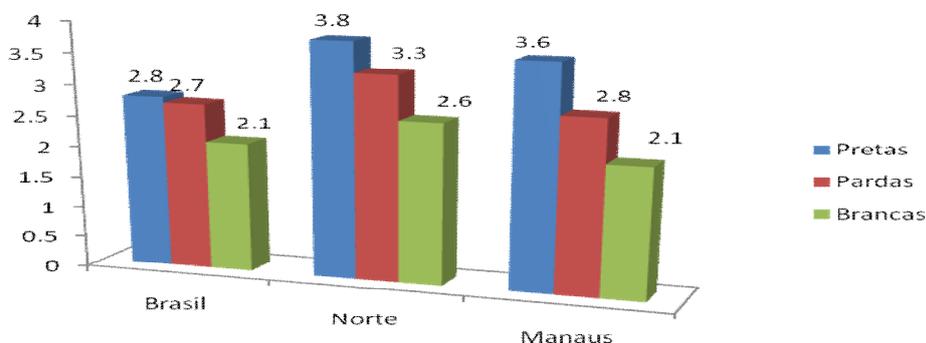
Tabela 2 – Brasil e Grandes Regiões: TFT das mulheres por cor/raça, 2000.

Brasil e regiões	Taxa de fecundidade por raça/cor das mulheres					
	Branças	Pretas	Pardas	Negras	Amarelas	Indígenas
Brasil	2,1	2,8	2,7	2,8	-	-
Norte	2,6	3,8	3,3	3,4	-	5,5
Nordeste	2,3	3,0	2,9	2,9	-	-
Sudeste	1,9	2,5	2,4	2,5	1,3	-
Sul	2,1	2,9	2,9	2,9	1,5	-
Centro-oeste	2,0	2,6	2,4	2,5	-	4,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Os dados do revelam que a cor das mulheres não é, por si só, um condicionante independente para determinar os diferenciais nos níveis de fecundidade. Nas regiões mais desenvolvidas as mulheres apresentaram taxas de fecundidade mais baixas e em regiões menos desenvolvidas taxas mais altas. Isso ocorre porque as regiões mais desenvolvidas podem oferecer mais oportunidade para o planejamento familiar, maiores informações sobre métodos contraceptivos e etc. do que as demais.

Gráfico 6 – TFT por cor/raça. Brasil, Região Norte e município de Manaus, 2000.



Fonte dos dados brutos: IBGE, Microdados da amostra do Censo Demográfico de 2000. Estimativas nelaboradas pela autora.

De acordo com os dados do Gráfico 6 as mulheres da categoria de cor branca têm apresentado níveis de fecundidade inferiores aos das demais categorias, estando ao nível de reposição populacional, em torno de 2,1 filhos, níveis semelhantes aos do Brasil e inferiores aos do Norte do país que é de 2,6 filhos. Para as manauaras de cor preta a fecundidade é quase o dobro da verificada para as brancas. Comparando-se os níveis de fecundidade das mulheres pretas do município e da região com as da mesma categoria de

cor residentes no país, verifica-se um diferencial de quase um filho por mulher. Esses dados confirmam que a variável cor também indica situação de desigualdade entre os grupos sociais, sendo mais reduzida para população branca que para as demais categorias e variando também segundo os diferentes espaços do Brasil.

Conclusão

A fecundidade na cidade de Manaus, à semelhança do que tem ocorrido em todo o país, vem apresentado tendência declinante, com níveis muito próximos aos da taxa de reposição populacional. Porém não se manifesta uniformemente entre os diferentes espaços e categorias socioeconômicas da população manauara.

Por ser Manaus uma grande cidade inserida no processo de urbanização vigente no país, enfrenta os mesmos problemas das grandes metrópoles, relacionados às desigualdades sociais expressas no espaço urbano. Dessa forma, constatamos que o local de moradia constitui um importante indicador das condições sociais, sendo os maiores níveis de fecundidade verificados nas zonas urbanas e nos bairros mais pobres e com as piores condições sócio-demográficas do município. Por outro lado, as zonas e bairros com os melhores indicadores sociais despontaram com as mais baixas taxas de fecundidade.

Este estudo também buscou revelar a relação das categorias socioeconômicas com os níveis de fecundidade. Constatou-se que as variáveis anos de estudo, renda, cor e trabalho feminino, influenciam fortemente a fecundidade da mulher manauara. Dentre esses determinantes, a escolaridade costuma ser apontada como a variável mais importante na determinação da fecundidade, já que é em maior parte responsável pela elevação da participação feminina no mercado de trabalho, pois possibilita melhores ofertas de emprego, com melhores salários.

Outro fenômeno verificado diz respeito às modificações no padrão etário da fecundidade em Manaus, à medida que se elevam os anos de estudo das mulheres o padrão etário da fecundidade se torna mais tardio. Aquelas com apenas 1 a 3 anos de estudo tem em média filhos em idade mais jovens (15-19 e 20-24), enquanto as mulheres com 11 e mais anos de estudo têm um padrão de fecundidade distribuído com mais regularidade durante toda a vida reprodutiva. Isso parece indicar que a reduzida escolaridade é também um dos fatores responsáveis pela gravidez na adolescência das mulheres da cidade.

Em relação à variável cor, as mulheres manauaras que se declararam brancas tinham um número de filhos inferior ao das demais categorias de cor. Esses diferenciais da fecundidade não são determinados apenas pela cor das mulheres, mas pela interação com outros fatores, como a região onde vivem. Assim, como a fecundidade costuma ser mais

baixa nas regiões mais desenvolvidas, e mais elevadas nas regiões menos desenvolvidas. As mulheres brancas da região Norte possuíam em média quase o mesmo número de filhos que as mulheres pretas da região Sudeste.

A perspectiva para os próximos anos é de que a fecundidade continue sua tendência de declínio em todo o município de Manaus e em todos os estratos sociais. Como já foi abordado no texto, a redução da fecundidade modifica a demanda por escolas, creches, médicos, acesso à previdência e outros benefícios sociais. Portanto, esse fenômeno demográfico deve ser entendido para que possam ser atendidas as demandas sociais de forma eficaz, permitindo uma melhor qualidade de vida para a população como um todo.

Referências

BERQUÓ, E. CAVENAGHI, S. Mapeamento socioeconômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. In: Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14. 2004, Caxambu. Campinas: ABEP, 2004.

BERQUÓ, Elza, et al. Um estudo das variáveis intermediárias e dos diferenciais sócio-econômicos da fecundidade. São Paulo, 1985; v. 1

BERQUÓ, Elza. Algumas indagações sobre a recente queda da fecundidade no Brasil. Reproducción de la población y desarrollo 4. Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales. São Paulo, 1983.

BERCOVICH, A.M. Considerações sobre a fecundidade da população negra no Brasil. Revista Brasileira de Estudos de População 1989; p.61-87.

BRASIL, M; SANTOS, C; TEIXEIRA, P. A população da Amazônia (1940 a 2000). In: Mendes, A. D. (org.). Amazônia, Terra e Civilização: uma trajetória de 60 anos. 2a. ed.rev. aum. Belém, Banco da Amazônia, 2004.

CAMARGO, A.B.M.; YAZAKI, L.M. A fecundidade recente em São Paulo: abaixo dos níveis de reposição? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. Anais. Campinas: ABEP, 2002.

FRANÇA, M.C. A cidade como palco da diversidade demográfica: O caso da cidade de Natal. Natal, 2000. Disponível em < www.abep.nepo.unicampi.br/iussp_2001/cd/GT_Rep_Hum_Mardone_Text.pdf > acesso em: 02 de novembro de 2006.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Atlas de Desenvolvimento Humano em Manaus. Belo Horizonte, 2006.

- GODINHO, R.; YAZAKI, L. Comportamento da fecundidade segundo diferenciais sócio-econômicos e a anticoncepção no estado de São Paulo. Anais do VII Encontro de Estudos Populacionais. Brasília, 1992, v.1, p.137-164.
- GOZA F; MARTELETO, L. Mudanças no Comportamento Reprodutivo e Fecundidade no Vale do Jequitinhonha. In: Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, ABEP, 1996. p. 1347-1368.
- LEÃO, E. A. Uma análise da fecundidade no Brasil. Uberlândia, 2005. Disponível em <www.pet.ie.ufu.br/paper_2005.doc> acesso em: 24 de outubro de 2006.
- LEONE, E.; HOFFMANN, R. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil. Nova Economia, Belo Horizonte, v.14, n.1, p.35-58, 2004.
- MERRICK, T; BERQUÓ, E. The determinantes of Brazil's recent rapid decline in fertility. Committe on population and demograph-report No.23. National Academy Press. Washington D.C.1983.
- MOURA, H.A.; BRASIL, M. C; Tendências da Fecundidade no Estado do Amazonas. Apresentado no seminário Manaus: População e Meio Ambiente, realizado entre 15 e 17 de maio de 2000, em Manaus. (Não publicado).
- NASCIMENTO, R; WONG, L. Evolução da fecundidade na Região Norte do Brasil. Cadernos de Estudos Sociais. Recife. Vol. 12, no. 2, jul./dez., 1996.
- NOTESTEIN, F.N. Economic problems of population change. Proceedings of the eighth international conference of agricultural economists. p. 13-31, 1953.
- PATARRA, N; OLIVEIRA, M. Transição, Transições. In Encontro Nacional de Estudos Populacionais, VI. Olinda, 1988. Anais Pernambuco, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v1, p. 17-36.
- SIMÕES, C. A transição da fecundidade no Brasil: Análises de seus determinantes e as novas questões demográficas. 1 ed. São Paulo: Arbeit Factory, 2006.

ⁱ As UDHS são agrupamentos de setores censitários definidos e utilizados no Atlas de Desenvolvimento Humano de Manaus que, teoricamente, apresentam maior homogeneidade socioeconômica que os bairros oficialmente constituídos.

ⁱⁱⁱ A UNESCO define analfabeto funcional como toda pessoa que sabe escrever seu próprio nome, assim como lê e escreve frases simples, efetua cálculos básicos, porém é incapaz de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas, impossibilitando seu desenvolvimento pessoal e profissional. No Brasil, o índice de analfabetismo funcional é medido entre as pessoas com mais de 20 anos que não completaram quatro anos de estudo formal.

^{iv} A categoria de cor negra, corresponde à soma das que se declararam pretas e pardas.

^v As estimativas de fecundidade para a categoria amarela só foram feitas para as regiões Sudeste e Sul e para a categoria indígena para as regiões Norte e Centro-Oeste.